

**Município da Marinha Grande**  
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
20/06/2012.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 15

Aos vinte dias do mês de junho de dois mil e doze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Dr. Álvaro Manuel Marques Pereira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alberto Filomeno Esteves Cascalho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira;
- Paulo Jorge Campos Vicente;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 15:15 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

A Sr.ª Vereadora Dr.ª Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho faltou à reunião, por se encontrar impedida em audiência de julgamento no Tribunal Judicial de Porto de Mós, tendo requerido a junção à presente ata da respetiva justificação, nos termos do documento anexo (**Anexo 1**).

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

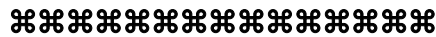
#### ORDEM DO DIA

1. **8ª MODIFICAÇÃO - 2ª REVISÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2012**
2. **PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 2º 26 DA LEI N.º 64-B/2011 DE 30 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2012 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA DE EFLUENTES DOMÉSTICOS NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE.**
3. **PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 2º 26 DA LEI N.º 64-B/2011 DE 30 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2012 – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORES DE GRUPO E DE ACTIVIDADES PARA ACOMPANHAMENTO**

**DE CRIANÇAS E JOVENS NO CAMPO DE FÉRIAS SEDEADO NA COLÓNIA  
AFONSO LOPES VIEIRA EM 2012**

4. **PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 26 DA LEI N.º 64-B/2011 DE 30 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2012 – FORNECIMENTO E CONFECÇÃO DE REFEIÇÕES PARA PARTICIPANTES NAS COLÓNIAS DE FÉRIAS A REALIZAR NA COLÓNIA FÉRIAS AFONSO LOPES VIEIRA 2012**
5. **PROCESSO DISCIPLINAR PD/1/JA/2012 – APRECIAÇÃO DO RELATÓRIO DA INSTRUTORA – DECISÃO FINAL**
6. **PROCESSO 416/2005. REQUERENTE: LUÍS MANUEL CARVALHO MOURÃO. DELIBERAÇÃO FINAL.**
7. **PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA FLORESTAÇÃO DE PARTE DE UMA PROPRIEDADE, SITA EM FAGUNDO, FREGUESIA E CONCELHO DA MARINHA GRANDE, COM POVOAMENTO DE EUCALIPTO (*EUCALYPTOS GLOBULUS*) REQUERIDO POR PEDRO MIGUEL GONÇALVES MARTINHO.**
8. **ANULAÇÃO DE GUIAS – RESTITUIÇÃO DE VALORES - COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA E MENSALIDADES DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – ÁREA DE EDUCAÇÃO**
9. **ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS APOIADAS PARA ENTRADA EM VIGOR A PARTIR DE 1 DE JULHO DO CORRENTE ANO.**
10. **ACEITAÇÃO DE DOAÇÃO À CASA-MUSEU AFONSO LOPES VIEIRA POR PARTE DO SR. CARLOS VIEIRA**
11. **RATIFICAÇÃO DE DESPACHO - ISENÇÃO DE TAXAS DE INGRESSO AO MUSEU JOAQUIM CORREIA PELA ESCOLA SECUNDÁRIA ENGENHEIRO ACÁCIO CALAZANS DUARTE.**
12. **RATIFICAÇÃO DE DESPACHO - ISENÇÃO DE TAXAS DE INGRESSO AO MUSEU JOAQUIM CORREIA PELA E.B. 2/3 GUILHERME STEPHENS.**
13. **RATIFICAÇÃO DE DESPACHO - ISENÇÃO DE TAXAS DE INGRESSO À CASA-MUSEU AFONSO LOPES VIEIRA PELA ESCOLA SECUNDÁRIA ENGENHEIRO ACÁCIO CALAZANS DUARTE.**

#### 14. RESUMO DE TESOURARIA



##### PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

- O **Sr. Presidente** prestou as seguintes informações:
  - ⇒ Redução de lugares de estacionamento pago – os procedimentos necessários a esta alteração iniciam-se dia 2 de julho, conforme e-mail da TUMG, EM, cuja cópia se anexa (**Anexo 2**);
  - ⇒ Legalização de alterações da habitação de Marco António Duarte Alves Laranjeira – em resposta ao solicitado pelo Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira, foi fornecida cópia da informação da DUL – Divisão de Urbanismo e Licenciamento, datada de 19/06/2012, cujo conteúdo se dá por reproduzido e se anexa (**Anexo 3**).
  - ⇒ Estão finalmente a ser transportados para a Câmara todos os objetos da antiga IVIMA que se encontravam no barracão da Pasolis.
  
- O **Sr. Vereador Dr. António Santos** abordou os seguintes assuntos:
  - ⇒ Protocolo da ANMP/Governo – esclareceu que os programas não se aplicam à Câmara Municipal da Marinha Grande, e não têm a interpretação que foi dada na reunião anterior. Referiu que fica satisfeito, e é de enaltecer, não só o anterior governo local da CDU, bem como o atual, que têm efetuado despesas contidas, o que faz com que não tenhamos dívidas.
  - ⇒ Campeonato Europeu de Futebol – a propósito deste evento desportivo, e porque considera que com pouco se pode fazer muito, a Câmara poderia ter colocado um ecrã na praça e atrair pessoas ao centro. Também soube que os comerciantes queriam fazer uma sardinhada e que a Câmara não teria autorizado, o que é pena, pois era também uma forma barata de atrair gente ao centro.
  
- O **Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira** abordou os seguintes assuntos:
  - ⇒ Descarga poluente – gostaria que a Câmara averiguasse se foi ou não verdade que no passado sábado foi efetuada uma descarga poluente na Ribeira dos

Milagres, e que se tomassem algumas medidas consideradas necessárias, até em conjunto com a Câmara de Leiria, de modo a pressionar as entidades que possam intervir nesta área, porque a situação é extremamente preocupante, designadamente no que se refere à Praia da Vieira.

- ⇒ Legalização de alterações da habitação de Marco António Duarte Alves Laranjeira – vai ler e analisar a informação que o Sr. Presidente lhe entregou hoje.
- ⇒ União de Leiria – terminado o prazo concedido, gostaria que o Sr. Presidente fizesse o ponto da situação. Referiu ainda que continua à espera da estimativa dos investimentos importantes feitos pela União de Leiria e dos resultados da auditoria aprovada na reunião de Câmara.
- ⇒ Obras na Zona Industrial – referiu que tem dúvidas na colocação da última rotunda, pelo que gostaria que tecnicamente lhe fosse explicada a sua razão, e se está ou não projetada alguma para a saída da Zona Industrial, onde lhe parece que seria necessária.

Em relação à última questão colocada, o **Sr. Vereador Paulo Vicente** informou que a semaforização da zona vai ser toda remodelada. No que respeita à rotunda norte, o projeto já existia, e tem como objetivo a desaceleração de reta e uma futura saída de emergência da Zona Industrial. Na entrada da Zona Industrial não haveria espaço para a rotunda, porque ia colidir com as empresas da zona nascente e porque deveria ter determinadas dimensões para possibilitar as manobras dos camiões.

Relativamente à questão da descarga, o Sr. Vereador informou que esteve de férias mas não lhe chegou qualquer informação nesse sentido.

O **Sr. Presidente** respondeu o seguinte às questões colocadas pelo Sr. Vereador Dr. António Santos:

- ⇒ Protocolo da ANMP/Governo – este protocolo é para todos os municípios do País, e o ponto 5 foi colocado pelo Governo. Depois da reunião de 3.ª feira na ANMP é que este ponto 5 foi retirado, pois não tinha sido negociado com a Associação.
- ⇒ Ecrã no Centro Histórico – não foi possível fazê-lo porque não houve voluntários para trabalhar com a aparelhagem da Câmara, e não se podem pagar horas extraordinárias.
- ⇒ Sardinhada – vai ser realizada no próximo fim de semana.
- ⇒ União de Leiria – o Dr. Miguel Crespo está a acertar data com o Dr. Victor Faria, advogado da Câmara, para estudar as medidas a adotar, se possível ainda esta semana ou na próxima 2.ª feira.

- O **Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira** referiu o seguinte:
  - ⇒ Lei dos compromissos – uma das dificuldades era não haver regulamentação, e quando não havia a Lei não se aplicava, só que agora parece que se aplica, apesar de ter algumas dúvidas, até porque o Governo argumenta, para não cumprir as metas da troika, a falta de aplicação da Lei dos compromissos, por não estar ainda regulamentada. Vai-se dedicar a fazer um estudo mais aprofundado da situação, pois parece-lhe que está a haver um excesso de zelo, e esta Lei está a servir de “desculpa” para tudo, impedindo que se faça alguma coisa.
- O **Sr. Vereador Dr. António Santos** referiu que a nossa Câmara goza de boa saúde, felizmente, mas se não há dinheiro para pagar a um funcionário para colocar uma televisão na altura do Euro, então como é que iremos fazer funcionar a casa da Cultura, onde estamos a fazer um investimento tão grande.
- O **Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira** disse que dá razão ao Dr. António Santos em relação à montagem da televisão e da aparelhagem, e entende que os trabalhadores não se podem recusar a fazer trabalho extraordinário quando este lhe for solicitado.
- O **Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho** referiu que não colocou questões, mas parece-lhe que as respostas dadas aos seus colegas não são satisfatórias. Sobre o estacionamento pago disse que já leu a informação e não compreende o seu teor. Tendo em conta que foi reconhecido que era um erro haver alguns lugares de estacionamento pago e que os mesmos seriam revistos, coloca-se agora a questão: onde, como e quantos vão ser os lugares a reduzir?

O **Sr. Presidente** e o **Sr. Vereador Paulo Vicente** informaram que os lugares a reduzir serão junto às Finanças, no Parque da Cerca e na Av.<sup>a</sup> da Liberdade, junto ao Cemitério, tal como já aqui tinha sido informado.

O **Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho** disse que na altura não tinha percebido que essa informação já era definitiva, pois pensou tratar-se apenas de uma intenção.

Sobre o licenciamento das obras efetuadas na habitação de Marco António Duarte Alves Laranjeira referiu que leu a informação da DUL, e a questão foi colocada na altura para que os restantes munícipes não levantassem a hipótese de este munícipe ter tratamento privilegiado em função de a Câmara ser parte interessada.

Face a todo este histórico, de um ano e dois meses, o procedimento garante que tudo o que foi feito está legal e licenciado?

Por se encontrar presente na reunião, o **Arqt.º Ricardo Santos** esclareceu que o tratamento e a sequência do procedimento é sempre o mesmo, e nestas situações o processo virá à Câmara para declarar a caducidade e remetê-lo ao Gabinete Jurídico.

O **Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho** referiu que esta informação é clara, e o que deixa a Câmara numa situação delicada é o facto de estar a utilizar as instalações cujas obras não estão legalizadas. Este munícipe não está, perante a Câmara, nas mesmas condições de qualquer outro munícipe, até porque tem um contrato de arrendamento com ele, cuja renda paga mensalmente, e por este facto ele não pode ser tratado de forma mais favorável, nem mais desfavorável.

Ainda a este propósito, o **Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira** referiu que esta situação tem que se resolver, pois a Câmara é a entidade que regula a legalização das obras no concelho. Espera que o licenciamento das obras seja regularizado, para que os munícipes cumpridores não se sintam minorizados pelo facto de a Câmara ser parte interessada neste processo.

Em relação à informação do Presidente do Conselho de Administração da TUMG considera que não é nada, sendo quase indelicada pela insuficiência de que enferma, até porque a informação prestada anteriormente não era conclusiva, nem certa e coerente, era apenas um projeto de intenções, daí que a informação pedida à TUMG tem que ser mais detalhada e circunstanciada.

- O **Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho** disse que pretende ouvir o Presidente da Câmara sobre o que vai fazer acerca do licenciamento das obras e dos lugares de estacionamento não pago, uma vez que há pouco falou “de cor”, mas agora, face ao documento que o Vereador Vítor Pereira aqui tem, constata-se que a informação anterior era apenas uma intenção.

O **Sr. Presidente** informou que essa é a proposta e que se vão seguir os trâmites legais.

O **Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho** referiu que não pode aceitar a resposta de que as obras começam dia 2 de julho, pelo que exige que seja trazida aqui a reunião de Câmara a informação completa com o número de lugares não pagos e em que local vão ser colocados, pois é à Câmara que compete aprovar os referidos lugares.

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** perguntou se aquilo que se pretende é que venham à reunião do próximo dia 5 de julho, em planta, os lugares que vão ser suprimidos, não se começando então os trabalhos de alteração no dia 2 de julho como estava previsto.

O **Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho** respondeu que sim, mas convém que o assunto venha sob a forma de proposta de deliberação, pelo que deverá ser averiguado juridicamente se tal é necessário.

- A **Sr.ª Vereadora Dr.ª Cidália Ferreira** informou os Srs. Vereadores de que lhes vai remeter, por e-mail, uma proposta de regulamento de atribuição de subsídios, de forma a que possam analisá-la e posteriormente debatê-la em reunião de trabalho, para que depois já venha à Câmara o documento final.
- O **Sr. Presidente** solicitou a apreciação e votação, fora da ordem do dia, de seis processos de obras particulares, que identificou, o que foi por todos aceite, sendo os mesmos discutidos e votados após a votação dos processos de obras particulares incluídos na ordem do dia da presente reunião.
- O **Sr. Presidente** solicitou ainda a apreciação, também fora da ordem do dia, de mais sete assuntos, que identificou, o que foi por todos aceite, pelo que os mesmos serão discutidos e votados após a conclusão da ordem do dia da presente reunião.

O **Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho** referiu que reitera aquilo que foi dito na reunião anterior sobre os assuntos fora de agenda, salvaguardando, pela sua natureza, a revisão ao orçamento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

A reunião iniciou-se com a apreciação e votação dos processos de obras particulares que constituem a adenda à ordem do dia abaixo relacionada.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX



**ORDEM DO DIA - ADENDA**

1. REQ. N.º 962/12 – PC N.º 36/11 – JOSUÉ JERÓNIMO INÊS
2. REQ. N.º 1422/11 – PC N.º 257/09 – CERÂMICA DO ENGENHO, LDA.
3. REQ. N.º 758/12 – PC N.º 168/10 – ACÁCIO SOUSA FILIPE
4. REQ. N.º 655/12 – PC N.º 109/12 – SUN HUIQUN
5. REQ. N.º 979/12 – PC N.º 462/11 – SOCIEDADE COLUMBÓFILA MARINHENSE
6. REQ. N.º 995/12 – PC N.º 126/12 – VITOR MANUEL LOPES LAVOS
7. REQ. N.º 934/12 – PC N.º 197/09 – HUGO JOSÉ BATISTA ROSA
8. REQ. N.º 958/12 – PC N.º 160/12 – PAULO MANUEL DA SILVA FERREIRA
9. REQ. N.º 1001/12 – PC N.º 89/12 – IMOPLASTIC – INDÚSTRIA DE MOLDES E PLÁSTICOS, LDA.
10. REQ. N.º 619/12 – PC N.º 61/12 – JOAQUIM ROSÁRIO SILVA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**1 - REQ. N.º 962/12 – PC N.º 36/11 – JOSUÉ JERÓNIMO INÊS**

362 - Presente Pedido de Licenciamento referente à “*Legalização da Alteração de Pavilhões*” existentes, com alteração de uso para Armazém, Serviços e Indústria do Tipo 3, localizados na Rua do Repouso, Lugar de Casal Galego, Freguesia de Marinha Grande, dispondo de Projeto de Arquitetura aprovado por Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 11/04/2012.

Presentes Projetos das Especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03.

Presentes informações técnicas dos serviços que atestam estarem os Projetos das Especialidades apresentados, aptos a merecerem aprovação, com determinadas condições.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.
2. A instalação da bateria de recetáculos postais domiciliários seja efetuado de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 08/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do art. 80.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.
3. Nos termos do n.º 6 do art. 57.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respectiva Autorização de Utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.
4. A atividade industrial a instalar do Tipo 3, fica limitada ao máximo de 15 trabalhadores, potência elétrica contratada não superior a 40kVA e potência térmica não superior a 8 X 106 kJ/h, não abrangida por nenhum dos regimes jurídicos de avaliação de impacto ambiental, prevenção e controlo de integrados de poluição, prevenção de acidentes graves que envolvam substâncias perigosas ou operações de gestão de resíduos quando estejam em causa resíduos perigosos, de acordo com o estipulado no Decreto-Lei n.º 209/08, de 29/10, diploma que estabelece o Regime de Exercício da Atividade Industrial.
5. Nos termos do n.º 4 do art. 18.º do Decreto-Lei n.º 209/2008, de 29/10, a referida atividade só poderá ter início, após cumprimento pelo respetivo operador, da obrigação de registo junto da Câmara Municipal – alínea c) do art. 5.º e n.º 2 do art. 40.º do citado diploma, o qual só poderá ser efetuado, após a emissão do título de Autorização de Utilização, nos termos do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.

6. A atividade industrial a desenvolver no edifício, deverá garantir o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, em matéria de higiene, ambiente, segurança e saúde no trabalho, não promovendo ações que possam de alguma forma dar lugar a fumos, ruídos, resíduos, cheiros ou criem condições de insalubridade, perturbem as condições de trânsito e estacionamento, nomeadamente com operações de circulação, carga e descarga ou acarretem agravados riscos de incêndio ou explosão, nos termos do disposto no n.º 9 do art. 7.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande e n.º 4 do art. 40.º do Decreto-Lei n.º 209/08, de 29/10.
7. Nos termos do art. 34.º do Decreto-Lei n.º 220/08, de 12/11, deverá submeter à apreciação da Autoridade Nacional de Proteção Civil, Medidas de Autoproteção até 30 dias anteriores à data de entrada em funcionamento da atividade.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**2 - REQ. N.º 1422/11 – PC N.º 257/09 – CERÂMICA DO ENGENHO, LDA.**

**363** - Presente Pedido de Licenciamento referente à obra de “*Alteração e Ampliação de Pavilhões Industriais*” existentes, localizados em vários prédios sitos no Lugar do Engenho, Freguesia de Marinha Grande, dispondo de Projeto de Arquitetura aprovado por deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 16/09/2010.

Presentes Projetos das Especialidades instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03.

Presentes informações técnicas dos serviços que atestam estarem os Projetos das Especialidades apresentados, aptos a merecerem aprovação, com determinadas condições.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. Apresentação de novos Termos de Responsabilidade subscritos pelo Técnico Autor dos Projetos das Especialidades, elaborados de acordo com o Anexo I da Portaria n.º 232/2008, de 11/03, que refiram corretamente os diplomas em vigor, designadamente o art. 10.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.
2. Apresentação de novas Declarações de pedido de isenção de apresentação dos restantes projetos das especialidades, que refiram corretamente os diplomas em vigor, designadamente o art. 10.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.
3. Comprovativo de licenciamento da atividade industrial junto da Direção Regional da Economia do Centro, do Ministério da Economia e do Emprego, que permita

**verificar que o estabelecimento industrial já se encontrava regularizado junto da entidade coordenadora, nomeadamente no que respeita à edificação existente.**

**Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:**

- 1. Caso se verifique que a proposta de ampliação se encontra abrangida pelo disposto no n.º 4 do art. 43.º do Decreto-Lei n.º 209/2008, de 29/10, poderá ser dispensada a apresentação de comprovativo de decisão favorável ou favorável condicionada sobre o pedido de autorização ou sobre a declaração prévia de atividade industrial, por parte da entidade coordenadora, no âmbito do disposto na alínea b) do n.º 2 do art. 18.º do mesmo diploma legal.**
- 2. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**
- 3. Nos termos do art. 80.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

### **3 - REQ. N.º 758/12 – PC N.º 168/10 – ACÁCIO SOUSA FILIPE**

**364** - Presente Processo de Licenciamento referente à obra de “*Construção de uma Moradia Unifamiliar e Muros de Vedação*”, a levar a efeito numa parcela de terreno objeto de destaque de um prédio rústico localizado na Rua sociedade Instrutiva e Recreativa 1.º de Dezembro, Lugar de Pero Neto, Freguesia de Marinha Grande, dispondo de Projeto de Arquitetura aprovado por Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 24/03/2011, e Projetos das Especialidades aprovados por Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 28/07/2011.

Presente Projeto de Alterações ao Projeto de Arquitetura anteriormente aprovado, pressupondo a alteração da implantação da edificação, dispondo de informações técnicas dos serviços a enquadrar devidamente a pretensão.

Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, mantendo os condicionalismos expressos na Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 28/07/2011, que se transcrevem:

1. Execução de passeio na extensão total do prédio, com 1,60m de largura, sendo o alinhamento determinado pelo alinhamento dos muros de vedação existentes. Os materiais a aplicar no passeio deverão ser idênticos aos da envolvente, ou seja, lancil de calcário de 0,15x0,22m e calçada calcária de 0,05x0,05x0,05m, prevendo o remate entre o passeio e o pavimento existente em betuminoso. O espelho do lancil deverá ficar a 0,12m acima do pavimento, sendo que nas zonas das entradas, numa distância de 3,50m, deverá colocar lancil calcário rampeado de 0,30x0,22m. Na execução dos passeios, deverá ser considerada a colocação de película de plástico preto entre a camada base e a almofada de assentamento, de modo a evitar o crescimento de ervas.
2. Os muros de vedação deverão ser executados em alvenaria, devidamente rebocados e pintados, de acordo com o art. 18.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.
3. A instalação do recetáculo postal domiciliário seja efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.
4. Aquando do início da construção, após abertura das fundações, deverá o requerente solicitar a deslocação dos Serviços da Fiscalização à obra, para verificação da sua implantação, sendo o registo dessa deslocação no respetivo livro de obra, imprescindível para a isenção de vistoria na futura concessão da respetiva licença de utilização (autorização de utilização).

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

#### **4 - REQ. N.º 655/12 – PC N.º 109/12 – SUN HUIQUN**

**365** - Presente Pedido de Licenciamento referente à obra de “*Alteração e Ampliação de Estabelecimento Comercial*” existente, localizado na Rua Machado Santos, em área designada por “*Área do Centro Tradicional da Marinha Grande*”, Freguesia de Marinha Grande.

Presentes pareceres técnicos dos serviços, referindo a conformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo a aprovação do Projeto de Arquitetura apresentado, com determinadas condições.

Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. **Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos previstos no n.º 4 do art.**

20. do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.
2. Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**5 - REQ. N.º 979/12 – PC N.º 462/11 – SOCIEDADE COLUMBÓFILA MARINHENSE**

366 - Presente Pedido de Licenciamento referente “*Legalização da Alteração de Estabelecimento de Bebidas*” existente, localizado na Avenida 1.º de Maio, Freguesia de Marinha Grande.

Presente Parecer Favorável emitido pela Direção Regional de Cultura do Centro, da Secretaria de Estado da Cultura, que se transcreve:

“(...)

*Apreciação da arquitetura.*

3. *O aditamento que no presente se analisa surge na sequência da nossa anterior informação, inf. N.º S-2012/279709 (C.S: 782973), da qual se destaca:*

*“(...) Pelas peças desenhadas apresentadas, parece tratar-se de uma legalização, pois os desenhos do proposto correspondem, no alçado principal, às imagens fotográficas do existente.*

*A Memória descritiva refere a necessidade de proceder a obras e/ou alterações sem contudo especificar quais.*

*De igual modo, é desenhado a azul um corpo recuado (depreende-se que seja para legalizar), sobre o qual não existem fotografias e nada é dito nas peças escritas.*

*Relativamente ao alçado principal não é feita qualquer proposta de requalificação do mesmo (ex: aproximar a cor do portão à das caixilharias – cinzento escuro)”.*

*“(...) Os toldos e a publicidade, deverão ser alvo de um licenciamento autónomo após um futuro licenciamento deste estabelecimento”,*

4. *Com as peças agora aditadas consideram-se esclarecidas as questões que conduziram ao anterior indeferimento, podendo considerar-se que nada há a opor à legalização pretendida.*

*Apreciação de arqueologia.*

5. *Dado tratar-se de um projeto de alterações, a efetuar numa pré-existência de construção recente, nada temos a referir no que concerne à salvaguarda do património arqueológico.*

6. *Face ao exposto, propõe-se a emissão de parecer Favorável.*

*(...)”*

Presente Parecer Favorável emitido pela Autoridade de Saúde – ACES Pinhal Litoral II da Administração Regional de Saúde do Centro, I.P., que se transcreve:

“(...)

*- Favorável Condicionado.*

1. *Desde que seja cumprido na íntegra o exposto no projeto e demais legislação aplicável;*

2. O estabelecimento deve estar dotado, de equipamentos que permitam assegurar, a separação dos resíduos na origem de forma a promover a sua valorização por fluxos e fileiras (n.º 4 do Art.º 4.º do DR n.º 20/2008);
3. O sistema de climatização, caso exista, deve ser regulado no sentido de estabilizar a temperatura média do ambiente a cerca de 22ºC, admitindo-se uma variação negativa ou positiva de 3ºC, devendo o equipamento manter-se em bom estado de higiene e conservação (n.º 6 do Art. 4.º do DR n.º 20/2008);
4. Instalações sanitárias para os operadores, dotadas de ventilação natural e/ou artificial (n.º 6, Cap. I, Anexo II, Reg. n.º 852/2004), materiais de limpeza, desinfecção, dispositivos de secagem higiénica e lavatórios munidos preferencialmente de torneiras de comando não manual;
4. A ventilação mecânica prevista, deve ser adequada e suficiente tendo em consideração as dimensões e funções dos espaços. Deve ser evitado o fluxo mecânico de ar de zonas contaminadas para zonas limpas. Os sistemas de ventilação devem estar construídos de forma a proporcionar um acesso fácil aos filtros e a outras partes que necessitem de limpeza ou de substituição (n.º 5, Cap. I Anexo II, Reg. n.º 852/2004, de 29 de Abril);
5. Na copa e balcão as cubas de lavagem devem ser equipadas com água quente e fria (n.º 8 do Art.º 6.º do DR n.º 20/2008) e as torneiras providas de comando não manual, uma vez que servirão também para higienização das mãos (n.º 4 do Art.º 6.º do DR n.º 20/2008);
6. O lavatório da instalação sanitária do pessoal deve ser provido de torneira com sistema de acionamento de água não manual (alínea b) do n.º 3 do Art.º 7.º do DR n.º 20/2008);
7. As janelas e outras aberturas que puderem abrir para o exterior, devem estar equipadas, sempre que necessário, com redes de proteção contra insetos, facilmente removíveis para limpeza (alínea d), do n.º 1 do Capítulo II do Anexo II, do regulamento CE n.º 852/2004, de 29 de Abril);
8. Considerando que o pedido de licenciamento se reporta a um estabelecimento de bebidas, deve ter-se especial atenção ao artigo 14.º do DR n.º 20/2008, de 27 de Novembro.  
(...)”

Presentes pareceres técnicos dos serviços, referindo a conformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo a aprovação do Projeto de Arquitetura apresentado, com determinadas condições.

Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. **Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos previstos no n.º 4 do art. 20. do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.**
2. **Cumprimento dos condicionalismos expressos no Parecer Favorável Condicionado, emitido pela Autoridade de Saúde – ACES Pinhal Litoral II da Administração Regional de Saúde do Centro, I.P.**
3. **Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.**

**Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:**

1. **Nos termos do n.º 6 do art. 57.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respectiva**

**Autorização de Utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.**

2. Nos termos do disposto no art. 10.º do Decreto-Lei n.º 234/2007, de 19/06, após emissão da Autorização de Utilização e antes do início da atividade, deverá apresentar Declaração Prévia junto da Câmara Municipal, e remeter cópia à Direcção-Geral das Atividades Económicas do Ministério da Economia e do Emprego, elaborada e instruída de acordo com o modelo publicado em Anexo à Portaria n.º 573/2007, de 17/07.
3. A *“afixação e inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial, industrial, artesanal ou liberal, independentemente do suporte utilizado para a sua divulgação, quando visíveis ou perceptíveis do espaço público”*, ficam sujeitas a licenciamento, no âmbito do regime previsto no Regulamento de Publicidade e Ocupação do Espaço Público com Equipamento Mobiliário Urbano do Município da Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

#### **6 - REQ. N.º 995/12 – PC N.º 126/12 – VITOR MANUEL LOPES LAVOS**

367 - Presente Pedido de Licenciamento referente à obra de *“Construção de Anexo, Piscina e Muros de Vedação”*, a levar a efeito num prédio urbano sito na Rua da Agroeira, Lugar de Amieira, Freguesia de Marinha Grande.

Presentes pareceres técnicos dos serviços, referindo a conformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo a aprovação do Projeto de Arquitetura e respetivos Projetos das Especialidades apresentados, com determinadas condições.

**Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.**

**Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:**

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do art. 80.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução



**dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**7 - REQ. N.º 934/12 – PC N.º 197/09 – HUGO JOSÉ BATISTA ROSA**

**368** - Presente Processo de Licenciamento referente à obra de “*Construção de uma Moradia Unifamiliar de Destaque de Parcela*”, a levar a efeito num prédio urbano sito na Rua dos Fundidores, Lugar de Pero Neto, Freguesia de Marinha Grande, à qual foi atribuído o Alvará de Licença de Construção n.º 6/2011, de 03/02, com termo em 02/06/2012.

Presente Projeto de Alterações ao Projeto de Arquitetura anteriormente aprovado, dispondo de pareceres técnicos dos serviços, referindo a conformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis e propondo a sua aprovação.

Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**8 - REQ. N.º 958/12 – PC N.º 160/12 – PAULO MANUEL DA SILVA FERREIRA**

**369** - Presente Pedido de Licenciamento referente à “*Legalização da Construção de Telheiro*”, levado a efeito num prédio urbano sito na Rua Principal, Lugar de Escoura, Freguesia de Marinha Grande, dispondo do seguinte antecedente:

Processo Camarário n.º 162/2001, em nome de Mário Manuel Esperança Caminho, referente à obra de “*Construção de uma Moradia e Muros*”, à qual foi atribuído Alvará de Licença de Utilização n.º 168/2004, de 14/06.

Presentes Projetos das Especialidades devidamente instruídos, com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03.

Presentes pareceres técnicos dos serviços, referindo a conformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo a aprovação do Projeto de Arquitetura e respetivos Projetos das Especialidades apresentados, com determinadas condições.

Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir.

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do n.º 6 do art. 57.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respectiva Autorização de Utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**9 - REQ. N.º 1001/12 – PC N.º 89/12 – IMOPLASTIC – INDÚSTRIA DE MOLDES E PLÁSTICOS, LDA.**

**370** - Presente Pedido de Licenciamento referente à obra de “*Construção de um Anexo*” destinado a arrumos, a levar a efeito num prédio urbano localizado na Rua da Serração, Lugar de Guarda Nova, Freguesia de Marinha Grande, dispondo de Projeto de Arquitetura aprovado por Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 24/05/2012.

Presente Projeto da Especialidade, devidamente instruído com declaração de responsabilidade do seu autor, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03.

Presentes informações técnicas dos serviços que atestam estar o Projeto da Especialidade apresentado, apto a merecer aprovação.

Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do art. 80.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, até 5 dias antes do

**início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**10 - REQ. N.º 619/12 – PC N.º 61/12 – JOAQUIM ROSÁRIO SILVA**

**371 -** Presente Pedido de Licenciamento referente à obra de “*Construção de Muros de Vedação*” a levar a efeito num prédio rústico sito na Rua do Pinheiro Manso, Lugar de Pero Neto, Freguesia de Marinha Grande.

Presentes pareceres técnicos dos serviços, referindo a conformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo a aprovação do Projeto de Arquitetura apresentado, com determinadas condições.

Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

- 1. Apresentação de Memória Descritiva e Justificativa, contendo as características da obra retificadas em conformidade com o conteúdo das peças gráficas.**
- 2. O alinhamento do muro de vedação confinante com a via pública, deverá ser previamente definido pelos serviços municipais, com o registo dessa deslocação no respetivo livro de obra.**
- 3. Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.**

**Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:**

- 1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**
- 2. Nos termos do art. 80.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Terminada a votação dos processos de obras particulares, entrou-se na ordem do dia da presente reunião.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**1 - 8ª MODIFICAÇÃO - 2.ª REVISÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2012**

Este assunto foi retirado, devendo ser agendado para a próxima reunião ordinária.

**2 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 2º 26 DA LEI N.º 64-B/2011 DE 30 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2012 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA DE EFLUENTES DOMÉSTICOS NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE.**

**372** - A Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2012, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 26º da Lei do Orçamento de Estado de 2012, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objecto seja a consultadoria técnica.

carece de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

O n.º 8 do art.º 26 da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2012, estabelece que nas autarquias locais, o parecer previsto no n.º 4 do mesmo artigo

é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5.º do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3 – B/2010, de 28 de abril.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, foi publicada no Diário da República a Portaria 9/2012 de 10 de janeiro, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 26.º da Lei n.º 64 – B/2011, de 30 de dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31/dezembro, e Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro.

Verifica-se, no entanto, que na presente data não foi publicada a portaria a que se refere o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pelo que para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previsto no n.ºs 4 e 8 do artigo 26.º da Lei n.º 64 – B/2011, de 30 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento da DGAEP, formulado nas suas FAQ'S, que o art.º 26 da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2012, se aplica às autarquias locais, quer no que respeita ao parecer prévio quer à redução remuneratória.

Considerando que nos termos do n.º 8 do artigo 26º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos seguintes requisitos, preceituados nos n.ºs 4 e 5 do mesmo artigo:

- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, atento o

disposto no n.º 1 do art.º 20.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, e considerando ainda a disposição constante no n.º 1 do art.º 26.º da mesma lei, de acordo com a qual a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2012, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou, contraparte do contrato vigente em 2011.

Presente a informação e requisição interna da DASUP, justificando a necessidade de se proceder à contratação de serviços de recolha de efluentes domésticos no concelho da Marinha Grande, sujeito a parecer prévio vinculativo.

O procedimento a adoptar é o concurso público, atendendo a que se prevê a celebração de um contrato de valor inferior a 200.000 euros, nos termos do Regulamento (UE) N.º 1251/2011 da Comissão de 30 de Novembro de 2011 que altera as Directivas 2004/17/CE, 2004/18/CE e 2009/81/CE do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante aos seus limiares de aplicação no contexto dos processos de adjudicação de contratos e sem prejuízo do limite de autorização de despesa consagrado com art.º 18º, nº1, alínea a) do Decreto-Lei 197/99 de 8 de Junho.

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, será apresentado pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste na recolha de efluentes domésticos no concelho da Marinha Grande, tarefas que serão exercidas com autonomia e sem carácter de subordinação, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que na presente data não é possível efectuar a demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial, por a Portaria a que se refere o n.º 2 do artigo 33.º-A da Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, não ter sido publicada e que será esta que estabelecerá os termos e condições para a demonstração da mesma.

Considerando que a presente despesa tem enquadramento orçamental e que foi emitido cabimento pelos serviços da Área de Finanças da Divisão de Gestão Financeira, em anexo.

Considerando que o preço base a aplicar é de 47.600,00 euros, a acrescer de IVA à taxa 6%, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objecto do contrato.

Considerando que o preço base a aplicar no presente processo de aquisição, respeita a redução remuneratória de 10% atento contrato celebrado em 2011, conforme se atesta em documentação anexa.

**Face ao exposto e considerando que se encontram cumpridos todos os requisitos estipulados nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 26º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o disposto no n.º 8 do artigo 26.º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro, emitir parecer favorável à contratação de serviços de recolha de efluentes domésticos no concelho da Marinha Grande.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**3 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO º 26 DA LEI N.º 64-B/2011 DE 30 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2012 – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORES DE GRUPO E DE ACTIVIDADES PARA ACOMPANHAMENTO DE CRIANÇAS E JOVENS NO CAMPO DE FÉRIAS SEDEADO NA COLÓNIA AFONSO LOPES VIEIRA EM 2012**

**373** - A Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2012, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 26º da Lei do Orçamento de Estado de 2012, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objecto seja a consultadoria técnica.

carece de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

O n.º 8 do art.º 26 da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2012, estabelece que nas autarquias locais, o parecer previsto no n.º 4 do mesmo artigo

é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5.º do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3 – B/2010, de 28 de abril.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, foi publicada no Diário da República a Portaria 9/2012 de 10 de janeiro, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 26.º da Lei n.º 64 – B/2011, de 30 de dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31/dezembro, e Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro.

Verifica-se, no entanto, que na presente data não foi publicada a portaria a que se refere o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pelo que para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previsto no n.ºs 4 e 8 do artigo 26.º da Lei n.º 64 – B/2011, de 30 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento da DGAEP, formulado nas suas FAQ'S, que o art.º 26 da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2012, se aplica às autarquias locais, quer no que respeita ao parecer prévio quer à redução remuneratória.

Considerando que nos termos do n.º 8 do artigo 26º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos seguintes requisitos, preceituados nos n.ºs 4 e 5 do mesmo artigo:

- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, atento o



disposto no n.º 1 do art.º 20.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, e considerando ainda a disposição constante no n.º 1 do art.º 26.º da mesma lei, de acordo com a qual a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2012, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou, contraparte do contrato vigente em 2011.

Presente a informação e requisição interna da DEDIS, justificando a necessidade de se proceder à contratação de serviços de monitores de grupo e de actividades para acompanhamento de crianças e jovens no campo de férias sedado na colónia Afonso Lopes Vieira em 2012, sujeito a parecer prévio vinculativo.

O procedimento a adoptar é o Ajuste Directo previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, será apresentado pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste na prestação de serviços de monitores de grupo e de actividades para acompanhamento de crianças e jovens no campo de férias a realizar na Colónia Férias Afonso Lopes Vieira, tarefas que serão exercidas com autonomia e sem carácter de subordinação, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que na presente data não é possível efectuar a demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial, por a Portaria a que se refere o n.º 2 do artigo 33.º-A da Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, não ter sido publicada e que será esta que estabelecerá os termos e condições para a demonstração da mesma.

Considerando que a presente despesa tem enquadramento orçamental e que foi emitido cabimento pelos serviços da Área de Finanças da Divisão de Gestão Financeira, em anexo.

Considerando que o preço base a aplicar é de 6.750,00 euros, a acrescer de IVA à taxa 23%, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objecto do contrato.

Considerando que o preço base a aplicar no presente processo de aquisição, respeita a redução remuneratória de 10% atento contrato celebrado em 2011, conforme se atesta em documentação anexa.

Considerando que as entidades, a convidar para apresentar proposta são:

- SOCIEDADE DE INSTRUCAO E RECREIO 1º MAIO;
- SPORT OPERÁRIO MARINHENSE.

**Face ao exposto e considerando que se encontram cumpridos todos os requisitos estipulados nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 26º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o disposto no n.º 8 do artigo 26.º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro, emitir parecer favorável à contratação de serviços de monitores de grupo e de actividades para acompanhamento de crianças e jovens no campo de férias a realizar na Colónia Férias Afonso Lopes Vieira.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**4 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO º 26 DA LEI N.º 64-B/2011 DE 30 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2012 – FORNECIMENTO E CONFECCÃO DE REFEIÇÕES PARA PARTICIPANTES NAS COLÓNIAS DE FÉRIAS A REALIZAR NA COLÓNIA FÉRIAS AFONSO LOPES VIEIRA 2012**

**374** - A Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2012, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 26º da Lei do Orçamento de Estado de 2012, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objecto seja a consultadoria técnica.

carece de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

O n.º 8 do art.º 26 da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2012, estabelece que nas autarquias locais, o parecer previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5.º do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3 – B/2010, de 28 de abril.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, foi publicada no Diário da República a Portaria 9/2012 de 10 de janeiro, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 26.º da Lei n.º 64 – B/2011, de 30 de dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31/dezembro, e Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro.

Verifica-se, no entanto, que na presente data não foi publicada a portaria a que se refere o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pelo que para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previsto no n.ºs 4 e 8 do artigo 26.º da Lei n.º 64 – B/2011, de 30 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento da DGAEP, formulado nas suas FAQ'S, que o art.º 26 da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2012, se aplica às autarquias locais, quer no que respeita ao parecer prévio quer à redução remuneratória.

Considerando que nos termos do n.º 8 do artigo 26º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos seguintes requisitos, preceituados nos n.ºs 4 e 5 do mesmo artigo:

- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;

- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, atento o disposto no n.º 1 do art.º 20.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, e considerando ainda a disposição constante no n.º 1 do art.º 26.º da mesma lei, de acordo com a qual a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2012, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou, contraparte do contrato vigente em 2011.

Presente a informação e requisição interna da DEDIS, justificando a necessidade de se proceder à contratação de serviços de fornecimento e confecção de refeições para participantes nas colónias de férias a realizar na Colónia Férias Afonso Lopes Vieira 2012, sujeito a parecer prévio vinculativo.

O procedimento a adoptar é o concurso público, atendendo a que se prevê a celebração de um contrato de valor inferior a 200.000 euros, nos termos do Regulamento (UE) N.º 1251/2011 da Comissão de 30 de Novembro de 2011 que altera as Directivas 2004/17/CE, 2004/18/CE e 2009/81/CE do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante aos seus limiares de aplicação no contexto dos processos de adjudicação de contratos e sem prejuízo do limite de autorização de despesa consagrado com art.º 18º, nº1, alínea a) do Decreto-Lei 197/99 de 8 de Junho.

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, será apresentado pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste no fornecimento e confecção de refeições para participantes nas colónias de férias a realizar na Colónia Férias Afonso Lopes Vieira, tarefas que serão exercidas com autonomia e sem carácter de subordinação, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que na presente data não é possível efectuar a demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial, por a Portaria a que se refere o n.º 2 do artigo 33.º-A da Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, não ter sido publicada e que será esta que estabelecerá os termos e condições para a demonstração da mesma.

Considerando que a presente despesa tem enquadramento orçamental e que foi emitido cabimento pelos serviços da Área de Finanças da Divisão de Gestão Financeira, em anexo.

Considerando que o preço base a aplicar é de 5.300,00 euros, a acrescer de IVA à taxa 23%, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objecto do contrato.

Considerando que o preço base a aplicar no presente processo de aquisição, respeita a redução remuneratória de 10% atento contrato celebrado em 2011, conforme se atesta em documentação anexa.

**Face ao exposto e considerando que se encontram cumpridos todos os requisitos estipulados nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 26.º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o disposto no n.º 8 do artigo 26.º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro, emitir parecer favorável à contratação de serviços de fornecimento e confecção de refeições para participantes nas colónias de férias a realizar na Colónia Férias Afonso Lopes Vieira.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

#### **5 - PROCESSO DISCIPLINAR PD/1/JA/2012 – APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DA INSTRUTORA – DECISÃO FINAL**

**375** - Presente processo disciplinar n.º PD/1/JA/2012 mandado instaurar por despacho do Sr. Presidente da Câmara n.º 9/GP/AP/2012, de 11 de Janeiro.

Concluída a instrução do processo, em 04 de Abril de 2012, foi o arguido notificado pessoalmente da acusação em 12 de Abril de 2012.

Concluída a fase de defesa do arguido e a realização das diligências probatórias requeridas por este, foi elaborado pela Instrutora, em cumprimento do disposto no n.º 1 do art.º 54.º do Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 58/2008, de 9 de Setembro, o respectivo Relatório Final, composto por 38 folhas e que aqui se dá para todos os legais efeitos como integralmente reproduzido.

A Câmara Municipal apreciou e no exercício da sua competência conferida pelo n.º 4 do art.º 14.º do Estatuto Disciplinar delibera, fazendo uso do escrutínio secreto previsto no n.º 3 artigo 90.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro:

- 1. Concordar com as conclusões da Instrutora, fazendo seus os fundamentos de facto e de direito constantes do citado Relatório Final.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
20/06/2012.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 15

**De seguida foi também posto à votação, fazendo uso do escrutínio secreto, o seguinte ponto:**

- 2. E, consequentemente, não suspender/suspender a respectiva pena disciplinar, com os fundamentos constantes do mesmo Relatório, começando a presente deliberação a produzir os seus efeitos legais no dia seguinte ao da sua notificação ao arguido, nos termos do previsto no artigo 58º do Estatuto.**

**Verificando-se um empate, com 3 votos a favor da proposta de suspensão da pena e 3 votos contra a proposta de suspensão da pena, procedeu-se de imediato a nova votação, mantendo-se o empate, pelo que a deliberação fica adiada para a próxima reunião.**

**6 - PROCESSO 416/2005. REQUERENTE: LUÍS MANUEL CARVALHO MOURÃO. DELIBERAÇÃO FINAL.**

**376** - Na sequência da deliberação camarária, de 10 de maio passado, foi o requerente notificado para efeitos de audiência prévia.

Foram apresentadas alegações, cujo teor se dá por reproduzido, e nas quais o requerente mantém a sua interpretação de que o regime de extensão excecional do prazo abrange todo o período concedido para a execução da obra e não apenas o prazo que se encontra efetivamente em curso.

Não foram aduzidos novos factos ou apresentados argumentos suscetíveis de alterar o sentido da decisão comunicada ao requerente. A interpretação sustentada da norma jurídica em causa alicerça-se na melhor doutrina, não se vislumbrando fundamentos para orientação diversa.

Presente exposição apresentada por mandatário do requerente, com registo interno n.º 673/12, de 17 de abril de 2012, na qual se invoca a preterição de audiência prévia da intenção de declarar a caducidade da licença e se requer a aplicação do regime de extensão excecional do prazo de execução da operação urbanística.

Presente informação jurídica, da DJCP, de 26 de abril de 2012, na qual se conclui que ocorreu a alegada preterição da audiência e que não é aplicável o regime de extensão do prazo.

Presente informação técnica, da DUL, de 9 de fevereiro de 2012, na qual se conclui que já decorreu o prazo fixado e a respetiva prorrogação para a execução da obra, sem que esta se encontre concluída.

**A Câmara Municipal, tendo em conta as informações identificadas, delibera:**

- a) Declarar a caducidade da licença titulada pelo alvará n.º 344/07, tendo em conta a informação técnica, de 9 de fevereiro de 2012, pela não conclusão das obras no prazo fixado e respetiva prorrogação, de acordo com o artigo 71.º, n.º 3, alínea d), do Regime Jurídico da Edificação e da Urbanização;**
- b) Indeferir a pretensão de extensão excecional do prazo de execução da obra, tendo em conta a informação jurídica já citada.**

**A presente deliberação foi tomada por unanimidade.**

**7 - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA FLORESTAÇÃO DE PARTE DE UMA PROPRIEDADE, SITA EM FAGUNDO, FREGUESIA E CONCELHO DA MARINHA GRANDE, COM POVOAMENTO DE EUCALIPTO (*EUCALYPTOS GLOBULUS*) REQUERIDO POR PEDRO MIGUEL GONÇALVES MARTINHO.**

**377** - Presente requerimento com registo de entrada nº GAM/128 de 23 de abril de 2012, em nome de Pedro Miguel Gonçalves Martinho a solicitar autorização para florestação de parte de uma propriedade, sita em Fagundo, freguesia e concelho da Marinha Grande, com povoamento de eucalipto (*Eucalyptus globulus*).

Presente informação I/510/2012 de 31 de maio de 2012 da Divisão de Ambiente, Serviços Urbanos e Proteção Civil, área da proteção civil, sobre o assunto.

Considerando que o Decreto-lei nº 139/89 de 28 de abril, veio atribuir competências às Câmaras, para licenciar as ações de arborização e rearborização de espécies de rápido crescimento, para áreas inferiores a 50 hectares;

Considerando que o prédio em causa possui apenas a área de 3.000 m²;

Considerando que o nº 1, do artigo 1º do citado diploma, refere que carecem de licença municipal as ações de destruição do revestimento vegetal que não tenham fins agrícolas e as ações de aterro ou escavação que conduzam à alteração do relevo natural e das camadas do solo arável;

Considerando que a informação, já referida, dos serviços técnicos da área de proteção civil considera não existir inconvenientes no pedido desde que seja garantida a correta plantação e posterior limpeza de matos durante a sua exploração;

**A Câmara, delibera, ao abrigo do disposto no nº 1 alínea a) do artigo 1º do Decreto-Lei nº 139/89, de 28 de Abril, autorizar Pedro Miguel Gonçalves Martinho a proceder à para florestação de eucaliptos (*Eucalyptos globulus*), no prédio sito em Serrada, registado sob o nº 19318/20100929 na conservatória do Registo Civil da Marinha Grande e inscrito na matriz sob o nº 3533, nas seguintes condições:**

**-A plantação deverá garantir os afastamentos definidos no artigo 1º do Decreto-Lei 28 039, de 14 de Setembro de 1937 para as espécies de crescimento rápido, não podendo ser efetuada a menos de 20m de terrenos cultivados e a menos de 30m de nascentes, terras de cultura de regadio, muros e prédios urbanos, podendo, o requerente efetuar a plantação de pinheiro bravo na faixa de 30m na envolvente das habitações salvo se entre os eucaliptos e os terrenos, nascentes, terras de regadio, muros e prédios urbanos mediar uma estrada, via-férrea e curso de água, caminho público, ou desnível de mais de 4 metros**

**-Deverão ser respeitadas as regras referentes a espaços florestais e as relativas à proteção das habitações, contidas no folheto do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas e do Ministério da Administração Interna, a disponibilizar pelo Gabinete de Atendimento ao Município- GAM.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 4 votos a favor e 1 voto contra do Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira.**

**O Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho esteve ausente durante a discussão e votação deste assunto.**

#### **8 - ANULAÇÃO DE GUIAS – RESTITUIÇÃO DE VALORES - COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA E MENSALIDADES DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – ÁREA DE EDUCAÇÃO**

**378** - Presente a informação n.º 343, de 25 de maio de 2012, da Divisão de Educação, Desporto e Intervenção Social, dando conta da necessidade de se proceder à anulação de guias e restituição de valores cobrados indevidamente, referentes ao pagamento das comparticipações familiares dos alunos que frequentam a Componente de Apoio à Família, e ao pagamento das mensalidades da Alimentação Escolar, conforme respetivos regulamentos de funcionamento, aprovados em reunião de câmara a 14 de julho de 2011.



Assim, considerando que:

Com o decorrer do ano letivo se tem verificado a necessidade de retificar alguns lapsos relacionados com a emissão das guias;

Foi verificada esta necessidade, na sequência de algumas comunicações feitas pelos próprios encarregados de educação, dando conta do lapso, ou porque foram detetadas pelos próprios serviços emissores da Câmara Municipal (DEDIS e GAM).

A Divisão de Educação, Desporto e Intervenção Social analisou e comprovou a veracidade dos factos relatados pelos encarregados de educação, e verificou que as guias estavam efetivamente duplicadas, ou incorretas (processos em anexo);

Se trata de valores emitidos erradamente e/ou cobrados em duplicado, pelos serviços Câmara Municipal;

**A Câmara apreciou a informação e delibera, ao abrigo da alínea d) do n.º 7 do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, proceder à anulação das guias de receita n.º 12962/2 e 2747/2 de 2011, bem como à restituição dos valores cobrados indevidamente aos respetivos encarregados de educação nas guias n.º 14480/2 e 14235/2 de 2011, e 680/2, 2042/2, 6/2, 3670/2, 2269/2, 3567/2, 4992/2, 4780/2 de 2012, tal como descrito nas tabelas infra.**

*(tabela I)*

**GUIAS A ANULAR**

Nº GUIA/ANO	NOME	CONTRIBUINTE	MOTIVO	
COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA				
12962/2 - 2011	Luana Vieira de Sousa	259649708	Duplicada /dias diferentes	Anexo II
2747/2 - 2012	Júlia Rosário Rosa	273262408	Valor da guia errado	Anexo III

*(tabela II)*

**GUIAS/VALORES A RESTITUIR**

Nº GUIA/ANO	NOME	CONTRIBUINTE	MOTIVO		Valor a restituir
COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA					
14480/2 - 2011	Irina Morgado da Silva	258558857	Duplicada /dias diferentes	Anexo I	42,75 €

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 20/06/2012.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 15

680/2 - 2012	Rafael Dinis Salvador Basílio	256598495	Cálculo/valor de julho incorrecto	Anexo XII	<b>3,33 €</b>
<b>ALIMENTAÇÃO ESCOLAR</b>					
14235/2 - 2011	Rodrigo Tavares dos Santos	253551978	Cobrado meio mês a mais	Anexo IV	<b>6,25 €</b>
2042/2 - 2012	Afonso de Oliveira Ribeiro	258792868	Duplicada/nomes diferentes	Anexo V	<b>12,50 €</b>
6/2 - 2012	Diogo Costa Soares	274803356	Duplicada/nomes diferentes	Anexo VI	<b>15,00 €</b>
3670/2 - 2012	Inês Gaspar Vasconcelos Faustino	262862166	Duplicada/mesmo dia	Anexo VII	<b>25,00 €</b>
2269/2 - 2012	Pedro Jorge Barbeiro Pereira	204036585	Duplicada/dias e nomes diferentes	Anexo VIII	<b>25,00 €</b>
3567/2 - 2012	Ana Raquel Góis Francisco	274719339	Duplicada/dias e nomes diferentes	Anexo IX	<b>25,00 €</b>
4992/2 - 2012	Duarte Sousa Dias	273821288	Cobrado meio mês a mais	Anexo X	<b>12,50 €</b>
4780/2 - 2012	Filipe Miguel Carvalho Marrazes	256458391	Cobrado meio mês a mais	Anexo XI	<b>12,50 €</b>

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**9 - ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS APOIADAS PARA ENTRADA EM VIGOR A PARTIR DE 1 DE JULHO DO CORRENTE ANO.**

**379** - Presente informação n.º 505 da Divisão de Educação, Desporto e Intervenção Social (DEDIS), datada de 31 de maio do corrente ano, referente à necessidade de atualização dos valores de renda, para entrada em vigor a partir do próximo mês de julho.

Considerando o Decreto-Lei que regula o Regime de Renda Apoiada (Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio);

Considerando que os contratos de arrendamento em causa se regem pelo Regime de Renda Apoiada;

Considerando que o referido regime de Renda se baseia na determinação dos valores de um preço técnico e de uma taxa de esforço;

Considerando a apresentação de rendimentos das famílias em causa;

Considerando, por fim, que ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, a renda atualiza-se, também anual e automaticamente, em função da variação do rendimento mensal corrigido do agregado familiar,

A Câmara analisou a referida informação e, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, delibera no uso de competência prevista nas alíneas b) e d) do n.º 7 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, proceder à atualização anual das rendas de habitação social, constantes nos seguintes quadros:

**1 - Avenida da Liberdade (Bloco L/M)**

BLOCO	MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/11	RENTA/12
L	Augusta J. Queimadelas	3.º Esq.º	27/12/1997	95,23€	97,16€
L	Maria Helena M. Cantante	4.º Fte Esq.º	31/12/1996	24,15€	24,15€
M	Maria Amélia Henriques	3.º Dto	17/12/1996	25,63€	27,25€

**2 - Rua Professor Melo Vieira**

BLOCO	MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/11	RENTA/12
5	Maria Ismênia C. Pereira	2.º Esq.º	03/04/2000	16,04€	108,71€
9	Maria Joaquina Gil	2.º Esq.	28/12/1999	38,25€	39,47€

**3 - Rua da Charnequinha**

BLOCO	MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/11	RENTA/12
46	Maria Lurdes Rodrigues	1.º Dto	04/11/1997	12,36€	19,01€
44	Natacha Dias do Carmo	R/C Dto	01/07/2002	16,09€	12,61€
46	Maria Manuela P. Jesus	1.º Esq.º	01/06/2002	13,56€	62,22€

**4 - Casal de Anja**

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/11	RENTA/12
Manuel Peres Carnide	13	15/04/1999	74,03€	97,19€

**5 - Rua Adriano Marques Nobre**

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/11	RENTA/12
Ema Maria Triães	70	29/06/2005	8,63€	8,65€
José Manuel G. Parracho	6	01/03/2006	11,66€	11,66€

**Mais delibera que os valores das rendas acima descritas entrem em vigor, a partir do dia 1 de julho de 2012.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**10 - ACEITAÇÃO DE DOAÇÃO À CASA-MUSEU AFONSO LOPES VIEIRA POR PARTE DO SR. CARLOS VIEIRA**

**380** - Presente ofício e e-mail com os registos de entrada E/870/2012 e E/862/2012, datados de 23 e de 26 de janeiro de 2012, respetivamente, relativos à intenção de doação de bens com interesse histórico e documental à Casa-Museu Afonso Lopes Vieira por parte do Sr. Carlos José Gomes Vieira, que a seguir se enunciam:

- Reprodução de retrato de Afonso Lopes Vieira, por Columbano (original de 1910). Impressão digital em papel. Emoldurado.
- Reprodução de retrato de Afonso Lopes Vieira, por Eduardo Malta (original de 1939). Impressão digital em papel. Emoldurado.
- Reprodução de retrato de Afonso Lopes Vieira, por António Carneiro (original de 1912). Impressão digital em papel. Emoldurado.
- Reprodução de fotografia de Afonso Lopes Vieira e do seu Tio-avô o poeta Rodrigues Cordeiro (original de 1896). Impressão digital em papel. Emoldurado.
- Reprodução de retrato de Afonso Lopes Vieira, por A. Sousa Lopes (original de 1898). Impressão digital em papel. Emoldurado.
- Reprodução de retrato de Afonso Lopes Vieira, por Alice Rey Colaço (original de 1917). Impressão digital em papel. Emoldurado.
- Reprodução de fotografia de Afonso Lopes Vieira em traje de cavaleiro (original s.d.). Impressão digital em papel. Emoldurado.
- Reprodução de fotografia do quarto de Coimbra (original de 1900). Impressão digital em papel. Emoldurado.
- Francisco Rodrigues Lobo, "Poesias". Selecção, Prefacio e Notas de Afonso Lopes Vieira. 2ª Edição. Colecção Clássicos Sá da Costa. Livraria Sá da Costa – Editora. Lisboa. 1955
- Eça de Queiroz, "In Memoriam". Organizado por Eloy do Amaral e M. Cardoso Martha. 2ª Edição. Atlântida / Coimbra. 1947. (Com pequena carta de Afonso Lopes Vieira a páginas 395).
- Reprodução de publicação da Academia Leiriense (Número Único) de 28 de novembro 1901 LEIRIA – BATALHA. (Visita do Rei D. Carlos I e Rainha D. Maria Amélia por ocasião da transladação das cinzas de D. Afonso V, D. João II, D. Isabel e Infante D. Afonso para o panteão de D. João I no Mosteiro da Batalha.);

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
20/06/2012.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 15

Atendendo à importância deste conjunto de bens com interesse histórico, documental e museológico para a vocação e objetivos da Casa-Museu Afonso Lopes Vieira propõe-se a aceitação dos bens e a integração do acervo da respectiva Casa-Museu.

**Assim, a Câmara Municipal analisou a proposta e delibera ao abrigo do alínea h) do n.º 1 do artigo 64.º do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, aceitar a doação supra referida, uma vez que se tratam de um conjunto de bens com interesse histórico, documental e museológico para a vocação e objetivos da Casa-Museu Afonso Lopes Vieira, que devem ser estudados e conservados para a posteridade, e aprovar o contrato de doação em minuta.**

**A deliberação foi tomada por unanimidade.**

**11 - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO - ISENÇÃO DE TAXAS DE INGRESSO AO MUSEU JOAQUIM CORREIA PELA ESCOLA SECUNDÁRIA ENGENHEIRO ACÁCIO CALAZANS DUARTE.**

**381** - Presente despacho do Sr. Presidente datado de 24 de maio de 2012 e respetiva informação relativa ao pedido de visita gratuita - isenção de taxas de ingresso no Museu Joaquim Correia - por parte da Escola Secundária Engenheiro Acácio Calazans Duarte, a realizar no dia 25 de maio ao Museu Joaquim Correia, para um grupo de cerca de 16 alunos do 11.º Ano, do curso de Artes Visuais.

Considerando que os documentos necessários à apreciação do pedido de visita e isenção só foram enviados no dia 22 de maio de 2012, que comprovam a natureza e localização da entidade que solicita o pedido de isenção;

Considerando que não foi possível apresentá-los na Reunião de Câmara desse dia;

Considerando que não foi possível reunir extraordinariamente a Câmara antes da visita;

Considerando que o Sr. Presidente, ao abrigo do artigo 68.º, n.º 3 da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, autorizou o pedido, atendendo a que se trata de uma visita de alunos de uma escola do concelho, estando a isenção prevista na alínea e) do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, realizada com o objetivo de estabelecer uma relação estreita entre os alunos e o património da localidade onde se inserem.

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
20/06/2012.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 15

**Assim, a Câmara Municipal analisou a proposta e delibera ratificar o despacho do Sr. Presidente que isenta a Escola Secundária Engenheiro Acácio Calazans Duarte do pagamento da taxa de ingresso no Museu Joaquim Correia para um grupo de 16 alunos, conforme previsto no citado artigo 68.º, n.º 3.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**12 - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO - ISENÇÃO DE TAXAS DE INGRESSO AO MUSEU JOAQUIM CORREIA PELA E.B. 2/3 GUILHERME STEPHENS.**

**382** - Presente despacho do Sr. Presidente datado de 05 de junho de 2012 e respetiva informação relativa ao pedido de visita gratuita - isenção de taxas de ingresso no Museu Joaquim Correia - por parte da E.B. 2/3 Guilherme Stephens, a realizar no dia 30 de maio ao Museu Joaquim Correia, para um grupo de cerca de 8 alunos do 5.º e 6.º anos.

Considerando que os documentos necessários à apreciação do pedido de visita e isenção de taxas só foram enviados no dia 29 de maio de 2012, que comprovam a natureza e localização da entidade que solicita o pedido de isenção;

Considerando que não foi possível reunir extraordinariamente a Câmara antes da visita;

Considerando que o Sr. Presidente, ao abrigo do artigo 68.º, n.º 3 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, autorizou o pedido, atendendo a que se trata de uma visita de alunos de uma escola do concelho, estando a isenção prevista na alínea e) do n.º 4 do Artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, realizada no âmbito das disciplinas de História e Geografia de Portugal e Educação Visual e Tecnológica com o objetivo de conhecer a obra de Joaquim Correia e o património da localidade onde se inserem.

**Assim, a Câmara Municipal analisou a proposta e delibera ratificar o despacho do Sr. Presidente que isenta a E.B. 2/3 Guilherme Stephens do pagamento da taxa de ingresso no Museu Joaquim Correia para um grupo de 8 alunos, conforme previsto no citado art.º 68.º, n.º 3.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**13 - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO - ISENÇÃO DE TAXAS DE INGRESSO À CASA-MUSEU AFONSO LOPES VIEIRA PELA ESCOLA SECUNDÁRIA ENGENHEIRO ACÁCIO CALAZANS DUARTE.**

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 15

**383** - Presente despacho do Sr. Presidente datado de 30 de maio de 2012 e respetiva informação relativa ao pedido de visita gratuita - isenção de taxas de ingresso na Casa-Museu Afonso Lopes Vieira - por parte da Escola Secundária Engenheiro Acácio Calazans Duarte, a realizar no dia 29 de maio à Casa-Museu Afonso Lopes Vieira, para um grupo de cerca de 26 alunos do 10.º Ano.

Considerando que os documentos necessários à apreciação do pedido de visita e isenção de taxas só foram enviados no dia 25 de maio de 2012, que comprovam a natureza e localização da entidade que solicita o pedido de isenção;

Considerando que não foi possível reunir extraordinariamente a Câmara antes da visita;

Considerando que o Sr. Presidente, ao abrigo do artigo 68.º, n.º 3 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, autorizou o pedido, atendendo a que se trata de uma visita de alunos de uma escola do concelho, estando a isenção prevista na alínea e) do n.º 4 do Artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, realizada com o objetivo de conhecer a vida e obra poética de Afonso Lopes Vieira e o património da localidade onde se inserem.

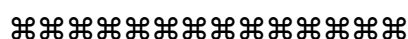
Assim, a Câmara Municipal analisou a proposta e delibera ratificar o despacho do Sr. Presidente que isenta a Escola Secundária Engenheiro Acácio Calazans Duarte do pagamento da taxa de ingresso na Casa-Museu Afonso Lopes Vieira para um grupo de 26 alunos, conforme previsto no citado art.º 68.º, n.º 3.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

## 14 - RESUMO DE TESOURARIA

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia dezanove de junho de dois mil e doze, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**: **1.080.130,24 €** (um milhão, oitenta mil cento e trinta euros e vinte e quatro cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.



**384 - De acordo com o previsto no art.º 83º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, a Câmara delibera por unanimidade analisar os seguintes assuntos:**

- 1. REQ. N.º 1017/12 – PC N.º 458/11 – ALICE DA CONCEIÇÃO ANTUNES PEDRO BROGUEIRA SANTOS**
- 2. REQ. N.º 1014/12 – PC N.º 55/12 – PEDRO MIGUEL DOS SANTOS TEIXEIRA**
- 3. REQ. N.º 1065/11 – PC N.º 125/11 – JOSÉ MANUEL COUCEIRO BAROSA CORREIA FRADE**
- 4. REQ. N.º 1313/10 – PC N.º 121/10 – JOSÉ MANUEL COUCEIRO BAROSA CORREIA FRADE**
- 5. REQ. N.º 1926/11 – PC N.º 210/11 – EDUARDO TEODÓSIO AMARAL**
- 6. REQ. N.º 609/12 – PC N.º 06/04 – OURILIZ – SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES, LDA.**
- 7. ALIENAÇÃO DE EDIFÍCIO SEDE DA AMLEI. AUTORIZAÇÃO. ALTERAÇÃO DO VALOR BASE.**
- 8. EXPLORAÇÃO E GESTÃO DOS ESPAÇOS (BAR E CAMPO DE TÊNIS) EM S. PEDRO DE MOEL - ADJUDICAÇÃO**
- 9. PROJECTO DE DECISÃO DE ORDEM DE REMOÇÃO DE MOBILIÁRIO URBANO INSTALADO EM DESACORDO COM O REGULAMENTO MUNICIPAL DE PUBLICIDADE E OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO COM EQUIPAMENTO E MOBILIÁRIO URBANO FRENTE AO ESTABELECIMENTO DENOMINADO “CAFÉ CENTRAL”, SITO NO N.º 1 DA RUA DR. ADOLFO LEITÃO, S. PEDRO DE MOEL, PROPRIEDADE DE MARIA JOANA ACHEGA DE SOUSA.**
- 10. PROCESSO N.º 251/2012 - REQUERENTE: MARIA GRACIETE SILVA CALADO - PARECER FAVORÁVEL À CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE DE PRÉDIO RÚSTICO SITO EM SITIAS, FREGUESIA E CONCELHO DA MARINHA GRANDE.**
- 11. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DA ZONA DESPORTIVA DA MARINHA GRANDE – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO.**



12. **PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 26 DA LEI N.º 64-B/2011 DE 30 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2012 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DA ZONA DESPORTIVA DA MARINHA GRANDE – PRODUÇÃO DE EFEITOS DE DELIBERAÇÃO CAMARÁRIA TOMADA EM 6 DE JUNHO DE 2012**
13. **REQUERIMENTO DE LUCINDA ROSA – PEDIDO DE PARECER SOBRE A CONSTITUIÇÃO DO REGIME DE COMPROPRIEDADE SOBRE PRÉDIO RÚSTICO SITO EM FONTE SANTA – REGIME DAS AUGI – EMISSÃO DE PARECER FAVORÁVEL – RECTIFICAÇÃO.**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**1 - REQ. N.º 1017/12 – PC N.º 458/11 – ALICE DA CONCEIÇÃO ANTUNES PEDRO BROGUEIRA SANTOS**

**385** - Presente Pedido de Licenciamento referente à obra de “*Construção de Edifício de Habitação Unifamiliar*”, a levar a efeito num prédio urbano localizado na Rua Central do Moinho de Cima, Lugar de Albergaria, Freguesia da Marinha Grande, dispondo de Projeto de Arquitetura aprovado por Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 29/03/2012.

Presentes Projetos das Especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03.

Presente Processo de Obras de Urbanização referente às obras a levar a efeito no âmbito do condicionalismo imposto no ponto 2 da Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 29/03/2012, inerente à aprovação do respetivo Projeto de Arquitetura.

Presentes informações técnicas dos serviços que atestam estarem os Projetos das Especialidades e das Obras de Urbanização apresentados, aptos a merecerem aprovação.

Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir a aprovação dos Projetos das Especialidades e respetivas Obras de Urbanização, com os seguintes condicionalismos:

1. **Prestar caução destinada a garantir a boa e regular execução das Obras de Urbanização, nos termos do art. 54.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, no valor de**

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 20/06/2012.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 15

**4.173,23€ (quatro mil cento e setenta e três euros e vinte e três cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, referente às seguintes componentes:**

<b>PROJECTOS DE ESPECIALIDADES</b>	<b>ESTIMATIVA ORÇAMENTAL</b>
Infraestruturas viárias:	4.173,23€
<b>Rede de Abastecimento de Água:</b>	-----
Rede de Drenagem de Águas Residuais Domésticas:	-----
<b>Rede de Drenagem de Águas Residuais Pluviais:</b>	-----
Rede Energia Elétrica:	-----
<b>Rede de Telecomunicações:</b>	-----
Rede de Gás:	-----
<b>Arranjos Exteriores:</b>	-----
VALOR TOTAL APURADO PARA FINS DE CAUÇÃO A PRESTAR	4.173,23€ (*)

(\*) ao valor indicado acresce o IVA à taxa legal em vigor

2. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.
3. Os muros de vedação a executar pelo requerente deverão ser executados em alvenaria, devidamente rebocados e pintados.
4. A instalação do recetáculo postal domiciliário seja efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.
5. Aquando do início da construção, após abertura das fundações, deverá o requerente solicitar a deslocação dos Serviços da Fiscalização à obra, para verificação da sua implantação, sendo o registo dessa deslocação no respetivo livro de obra, imprescindível para a isenção de vistoria na futura concessão da licença de utilização (autorização de utilização).

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do art. 80.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.

3. Nos termos do art. 53.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, o prazo para a realização das Obras de Urbanização requeridas, corresponde ao prazo estabelecido para a realização da construção, ou seja seis meses.
4. O início das Obras de Urbanização deverá ser comunicado aos serviços da Divisão de Obras e Equipamentos Municipais desta Câmara Municipal.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

2 - REQ. N.º 1014/12 – PC N.º 55/12 – PEDRO MIGUEL DOS SANTOS TEIXEIRA

**386** - Presente Pedido de Licenciamento referente à “*Legalização da Construção de um Pavilhão de Apoio a Actividade de Ciclismo e Anexo*”, levados a efeito num prédio misto localizado na Rua das Rosas, Freguesia de Marinha Grande, dispondo de Projeto de Arquitetura aprovado por Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 26/04/2012.

Presentes Projetos das Especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03.

Presentes informações técnicas dos serviços que atestam estarem os Projetos das Especialidades apresentados, aptos a merecerem aprovação.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.
2. A instalação do recetáculo postal domiciliário seja efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, alterado pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09 e Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.

**Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:**

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do art. 80.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando

também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.

3. Nos termos do n.º 6 do art. 57.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respetiva Autorização de Utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**3 - REQ. N.º 1065/11 – PC N.º 125/11 – JOSÉ MANUEL COUCEIRO BAROSA CORREIA FRADE**

**387** - Presente Pedido de Licenciamento referente à obra de “*Construção de Garagem e Anexo*” a levar a efeito no Lote 38 do Loteamento Urbano sito em Gaeiras, Freguesia de Marinha Grande, titulado pelo Alvará de Loteamento Urbano n.º 05/2001.

Presente Processo Camarário n.º 124/11, em nome de José Manuel Couceiro Barosa Correia Frade, referente à alteração dos parâmetros urbanísticos associados ao Lote 38, aprovado por Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 06/06/2012.

Presente parecer técnico dos serviços, referindo a conformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente a sua adequação aos parâmetros contidos no Alvará de Loteamento Urbano n.º 05/2001, propondo a aprovação do respetivo Projeto de Arquitetura.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com o condicionalismo da apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos projetos das especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**4 - REQ. N.º 1313/10 – PC N.º 121/10 – JOSÉ MANUEL COUCEIRO BAROSA CORREIA FRADE**

**388** - Presente Pedido de Licenciamento referente à obra de “*Construção de Muro de Vedação*” a levar a efeito no Lote 38 do Loteamento Urbano sito em Gaeiras, Freguesia de Marinha Grande, titulado pelo Alvará de Loteamento Urbano n.º 05/2001.

Presente parecer técnico dos serviços, referindo a conformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo a aprovação do respetivo projeto de arquitetura apresentado.

**Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.**

**Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:**

- 1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**
- 2. Nos termos do art. 80.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

#### **5 - REQ. N.º 1926/11 – PC N.º 210/11 – EDUARDO TEODÓSIO AMARAL**

**389** - Presente Pedido de Licenciamento referente à obra de “*Construção de Moradia Unifamiliar, Anexo e Muros de Vedação*”, bem como à “*Legalização da Construção de Garagem*”, a levar a efeito num prédio urbano sito na Travessa do Cais, Pedra Ruiva, Freguesia de Vieira de Leiria.

Presentes pareceres técnicos dos serviços, referindo a conformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo a aprovação do Projeto de Arquitetura apresentado, com determinadas condições.

**Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:**

- 1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos previstos no n.º 4 do art.**

20. do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.
2. Apresentação em igual período, de peças gráficas corrigidas, correspondentes aos Desenhos n.º 19 e 20, contendo cotas e referenciação de cores e materiais dos elementos que constituem a fachada e a cobertura.
  3. Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra, nomeadamente um passeio na extensão total do prédio confinante com a Travessa do Cais, sendo o seu alinhamento, o seu afastamento relativamente ao eixo da Travessa do Cais, a sua dimensão e os materiais a utilizar, definidos previamente pelos respetivos serviços desta Câmara Municipal.
  4. Os muros de vedação deverão ser executados em alvenaria, devidamente rebocados e pintados. O alinhamento do muro de vedação confinante com a via pública (Travessa do Cais), deverá ser previamente definido pelos serviços municipais, com o registo dessa definição no respetivo livro de obra.
  5. A instalação do recetáculo postal domiciliário seja efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.
  6. Aquando do início da construção, após abertura das fundações, deverá o requerente solicitar a deslocação dos Serviços da Fiscalização à obra, para verificação da sua implantação, sendo o registo dessa deslocação no respetivo livro de obra, imprescindível para a isenção de vistoria na futura concessão da respetiva licença de utilização (autorização de utilização).

Mais deliberou informar o requerente que, nos termos do n.º 6 do art. 57.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respetiva Autorização de Utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**6 - REQ. N.º 609/12 – PC N.º 06/04 – OURILIZ – SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES, LDA.**

**390** - Presente requerimento de Ouriliz, Sociedade de Construções, Lda. e outros, titulares do Processo de Licenciamento n.º 06/04, referente às Obras de Urbanização inerentes à “*Abertura de Arruamento*”, levado a efeito em dois prédios, um urbano outro rústico, sítos na Rua de Diu, Casal do Ossos, Freguesia de Marinha Grande, ao abrigo do Alvará de Licença de Obras de Urbanização n.º 352/07, de 21/12, a solicitar a receção provisória das referidas obras de urbanização.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 20/06/2012.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 15

Presente igualmente o Auto da Comissão de Vistorias, propondo a Receção Provisória das referidas obras.

Após análise da pretensão e do respetivo Auto de Receção Provisória, a Câmara deliberou aceitar a Receção Provisória das Obras de Urbanização supra referidas, conforme auto anexo e mandar libertar as percentagens e montantes a seguir indicados, das cauções prestadas através das seguintes garantias bancária:

1. **Garantia Bancária n.º 1119/2007-S, do BPN – Banco Português de Negócios, S.A., no valor total de € 246.016,38 (duzentos e quarenta e seis mil, dezasseis euros e trinta e oito cêntimos), referente às “INFRAESTRUTURAS VIÁRIAS E REDES DE ÁGUAS E DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS E PLUVIAIS”, de acordo com as seguintes componentes:**

COMPONENTE ESPECIALIDADE	MONTANTE PRESTADO	% A LIBERTAR	MONTANTE A LIBERTAR	VALOR A RETER
<b>Infraestruturas viárias:</b>	<b>€ 217.282,00</b>	<b>90%</b>	<b>€ 195.553,80</b>	<b>€ 21.728,20</b>
Rede de Águas e Redes de Drenagem de Águas Residuais Domésticas e Pluviais:	€ 28.734,38	90%	€ 25.860,94	€ 2.873,44
<b>TOTAIS:</b>	<b>€ 246.016,38</b>	<b>-----</b>	<b>€ 221.414,74</b>	<b>€ 24.601,64</b>

ficando retido o montante de € 24.601,64 (vinte e quatro mil seiscientos e um euros e sessenta e quatro cêntimos) do valor da caução, até à receção definitiva das referidas obras de urbanização.

2. **Garantia Bancária n.º 2325, da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria, C.R.L., no valor total de € 105.035,05 (cento e cinco mil, trinta e cinco euros e cinco cêntimos), referente às “INFRAESTRUTURAS ELÉTRICAS”, de acordo com a seguinte componente:**

COMPONENTE ESPECIALIDADE	MONTANTE PRESTADO	% A LIBERTAR	MONTANTE A LIBERTAR	VALOR A RETER
<b>Infraestruturas elétricas:</b>	<b>€ 105.035,05</b>	<b>90%</b>	<b>€ 94.531,54</b>	<b>€ 10.503,51</b>
<b>TOTAIS:</b>	<b>€ 105.035,05</b>	<b>-----</b>	<b>€ 94.531,54</b>	<b>€ 10.503,51</b>

ficando retido o montante de € 10.503,51 (dez mil quinhentos e três euros e cinquenta e um cêntimos) do valor da caução, até à receção definitiva das referidas obras de urbanização.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

## 7 - ALIENAÇÃO DE EDIFÍCIO SEDE DA AMLEI. AUTORIZAÇÃO. ALTERAÇÃO DO VALOR BASE.

**391** - Em 22 de dezembro de 2011, esta Câmara Municipal tomou a seguinte deliberação:

*Considerando que a AMAE adquiriu, em 2002, o imóvel, sito na Avenida José Jardim, n.ºs 18 e 20, na freguesia e concelho de Leiria, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 4065.*

*Considerando que o edifício identificado já não se revela apto a assegurar o adequado funcionamento da AMLEI – Associação de Municípios da Região de Leiria.*

*Considerando que essa circunstância levou a que a AMLEI tivesse transferido os seus serviços para outras instalações.*

*Considerando que a manutenção de um edifício devoluto não se configura como uma opção de gestão adequada, antes motivando a que se promova a sua alienação com vista à criação de condições para a sua utilização por terceiros.*

*Considerando que o edifício em causa resulta de um projeto da autoria do arquiteto Ernesto Korrodi, devendo manter-se a sua afetação a uma utilização que honre a sua beleza e características históricas e estéticas.*

*Considerando que foi elaborado relatório de avaliação do imóvel, que se anexa e se dá por reproduzido.*

*Considerando que, do ponto de vista desta Câmara Municipal, o produto da alienação deve ser afeto ao pagamento do empréstimo contraído para a sua aquisição e que o remanescente deve assegurar uma redução dos encargos do Município no âmbito do funcionamento da AMLEI.*

*A Câmara Municipal delibera, de acordo com os artigos 53.º, n.º 2, alínea i) e 64.º, n.º 6, alínea a), da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, solicitar à Assembleia Municipal autorização para a alienação do edifício sede da AMLEI – Associação de Municípios da Região de Leiria, nas seguintes condições: 1) Realização de procedimento de hasta pública concorrencial; 2) Preço base de 650.000,00 euros, de acordo com relatório de avaliação; 3) O resultado da alienação seja afeto à liquidação do empréstimo contratado para a sua aquisição; 4) Não derivem para o Município da Marinha Grande quaisquer encargos futuros em consequência da alienação do imóvel sede da AMLEI, designadamente com a aquisição ou arrendamento de qualquer outro imóvel para a sede e funcionamento da Associação.*

Tendo em conta que a hasta pública realizada em 14 de março de 2012 ficou deserta.



Tendo em conta que o Conselho Executivo e a Assembleia da AMLEI deliberaram propor a alteração do valor base de licitação para 550.000,00 euros (quinhentos e cinquenta mil euros), alegando:

- i) A conjuntura atual;
- ii) A necessidade urgente de intervenção profunda para a recuperação do edifício;
- iii) A rentabilização de meios e recursos, tendo por objetivo uma mais eficaz atividade intermunicipal, não se justificando manter a propriedade do edifício, em processo de deterioração, não configurando este uma mais-valia, na medida em que não tem uma função adstrita e necessita de obras urgentes.

**A Câmara Municipal delibera, de acordo com os artigos 53.º, n.º 2, alínea i) e 64.º, n.º 6, alínea a), da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, solicitar à Assembleia Municipal autorização para a alienação do edifício sede da AMLEI – Associação de Municípios da Região de Leiria, nas seguintes condições: 1) Realização de procedimento de hasta pública concorrencial; 2) Preço base de 550.000,00 euros, de acordo com deliberações do Conselho Executivo e Assembleia da AMLEI; 3) O resultado da alienação seja afeto à liquidação do empréstimo contratado para a sua aquisição; 4) Não derivem para o Município da Marinha Grande quaisquer encargos futuros em consequência da alienação do imóvel sede da AMLEI, designadamente com a aquisição ou arrendamento de qualquer outro imóvel para a sede e funcionamento da Associação.**

**A presente deliberação foi tomada por maioria, com 4 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Dr. Alberto Cascalho e Dr. Vítor Pereira.**

#### **8 - EXPLORAÇÃO E GESTÃO DOS ESPAÇOS (BAR E CAMPO DE TÊNIS) EM S. PEDRO DE MOEL - ADJUDICAÇÃO**

**392** - Por deliberação de Camarária, de 10 de Maio de 2012, foi determinada a realização de hasta pública para adjudicação da exploração e gestão dos espaços (bar e campo de ténis) em S. Pedro de Moel.

A praça foi realizada, em 19 de Junho corrente, na qual foi adjudicada provisoriamente a exploração do bar e a gestão do campo de ténis, ao único lance, que ascendeu a 10.100,00€, apresentado por Miguel Bastos André, Unipessoal, Lda, de acordo com o auto de arrematação.

Assim, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o artigo 64.º, n.º 2, alínea f), da Lei 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, adjudicar definitivamente a exploração e gestão dos espaços (bar e campo de

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
20/06/2012.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 15

ténis) em S. Pedro de Moel, a Miguel Bastos André, Unipessoal, Lda, NIPC 507 559 347, pelo valor de dez mil e cem euros.

Mais delibera aprovar a minuta de contrato a celebrar.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**9 - PROJECTO DE DECISÃO DE ORDEM DE REMOÇÃO DE MOBILIÁRIO URBANO INSTALADO EM DESACORDO COM O REGULAMENTO MUNICIPAL DE PUBLICIDADE E OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO COM EQUIPAMENTO E MOBILIÁRIO URBANO FRENTE AO ESTABELECIMENTO DENOMINADO “CAFÉ CENTRAL”, SITO NO N.º 1 DA RUA DR. ADOLFO LEITÃO, S. PEDRO DE MOEL, PROPRIEDADE DE MARIA JOANA ACHEGA DE SOUSA.**

**393 - Tendo em consideração que,**

Em 31 de Março de 2011 os Serviços de Fiscalização Municipal verificaram que Maria Joana Achega de Sousa, portadora do NIF 217 212 336, se encontrava a ocupar espaço público com mobiliário urbano (mesas, cadeiras e chapéus de sol) instalado frente ao estabelecimento de restauração e/ou bebidas do qual é proprietária, denominado “Café Central”, sito no n.º 1 da Rua Dr. Adolfo Leitão, S. Pedro de Moel, concelho da Marinha Grande, sem para o efeito possuir o respectivo licenciamento municipal.

Na sequência da constatação de tal facto, foi instaurado o processo de contra-ordenação n.º 29/CO/2011, no âmbito do qual a arguida não exerceu o direito de defesa, tendo o Sr. Presidente da Câmara Municipal proferido decisão final de aplicação de coima em 29 de Fevereiro de 2012, a qual foi paga em 26 de Março de 2012.

Os Serviços de Fiscalização Municipal constatarem que a proprietária do estabelecimento já identificada mantinha a sua conduta, ocupando, sem licenciamento municipal, espaço público com mobiliário urbano, mais concretamente, uma esplanada, composta por mesas, cadeiras e chapéus de sol frente ao já identificado estabelecimento “Café Central”.

Nos termos da alínea b) do artigo 2º em conjugação com o n.º 2 do artigo 1º do Regulamento Municipal de Publicidade e Ocupação de Espaço Público, a ocupação de espaço público com equipamento ou mobiliário urbano, tal como se encontra definido na alínea g) do artigo 4º do mesmo Regulamento, carece de prévio licenciamento municipal.

Pelo que o mobiliário urbano sito frente ao n.º 1 da Rua Dr. Adolfo Leitão, S. Pedro de Moel, se encontra a ocupar espaço público em desacordo com o disposto no Regulamento

Municipal de Publicidade e Ocupação de Espaço Público com Equipamento e Mobiliário Urbano, devendo, consequentemente, ser reposta a legalidade com a emissão de ordem de remoção do já referido mobiliário urbano.

**A Câmara Municipal delibera, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 7 do art. 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, nos termos do preceituado nos n.ºs 3 e 4 do artigo 18.º do Regulamento Municipal de Ocupação de Espaço Público com Equipamento e Mobiliário Urbano,** notificar Maria Joana Achega de Sousa, portadora do NIF n.º 217 212 336, proprietária do estabelecimento de restauração e/ou bebidas denominado “Café Central”, sito no n.º 1 da Rua Dr. Adolfo Leitão, S. Pedro de Moel, que dispõe de 10 dias úteis, com início no dia imediatamente seguinte ao da notificação da presente deliberação camarária, para se pronunciar sobre o projecto de decisão que a seguir se transmite:

A Câmara Municipal da Marinha Grande pretende ordenar a Maria Joana Achega de Sousa, portadora do NIF 217 212 336, que em dez dias úteis, a contar da data da notificação da decisão final, proceda aos trabalhos de remoção do mobiliário urbano, nomeadamente das cadeiras, mesas e chapéus de sol, colocadas frente ao estabelecimento do qual é proprietária, denominado “Café Central”, sito no n.º 1 da Rua Dr. Adolfo Leitão, S. Pedro de Moel, que consubstancia ocupação de espaço público em desacordo com o regulamento supra mencionado.

Decorrido o prazo para o início ou conclusão dos trabalhos de remoção sem que a ordem de remoção se mostre cumprida, proceder-se-á à remoção por conta da infractora, não se responsabilizando a Câmara Municipal por quaisquer danos nos materiais removidos, nos termos dos artigos 18.º e 19.º do já citado Regulamento Municipal.

O desrespeito pelo acto administrativo que ordena a remoção do mobiliário urbano já mencionado, sito frente ao estabelecimento instalado no n.º 1 da Rua Dr. Adolfo Leitão, S. Pedro de Moel, e instalado em desacordo com o Regulamento de Publicidade e Ocupação de Espaço Público com Equipamento e Mobiliário Urbano é considerado crime de desobediência nos termos do artigo 348.º do Código Penal.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**10 - PROCESSO N.º 251/2012 - REQUERENTE: MARIA GRACIETE SILVA CALADO - PARECER FAVORÁVEL À CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE DE PRÉDIO RÚSTICO SITO EM SITIAS, FREGUESIA E CONCELHO DA MARINHA GRANDE.**

**394** - Presente Informação da DJCP n.º 558/2012, de 15/06/2012, na qual se conclui pela inexistência de obstáculo jurídico à emissão de parecer favorável à celebração da escritura de partilha do prédio rústico sito em Sítias, freguesia e concelho da Marinha Grande, devidamente identificado no processo da DUL n.º 251/2012 (anexo 3);

Presente Informação da Divisão de Urbanismo e Licenciamento, de 12/06/2012, a qual informa que o respectivo prédio rústico se encontra integrado no aglomerado urbano da Marinha Grande, em área designada por restante área urbana, no espaço urbano e no espaço urbanizável. (anexo 2);

Presente requerimento n.º 892/2012, de 25/05/2012, apresentado por Maria Graciete da Silva Calado, contribuinte n.º 116 963 514, cabeça de casal da herança aberta por óbito de Manuel Francisco Calado Júnior, no âmbito da qual o prédio rústico inscrito na matriz rústica n.º 8800 da freguesia da Marinha Grande se encontra integrado e através do qual requer emissão de parecer favorável à celebração da escritura de partilha do referido prédio rústico a três herdeiros, devidamente identificados no requerimento, nos termos do n.º 1 do artigo 54º da Lei das Áreas Urbanas de Génese Ilegal (anexo 1).

**A Câmara Municipal, concordando com a informação n.º 558/2012, de 15/06/2012, que aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera emitir parecer favorável à celebração da escritura de partilha que originará a constituição de compropriedade, mais concretamente partilha a favor de Maria Graciete da Silva Calado, Maria Isabel da Silva Calado Filipe e António Fernando da Silva Calado, do prédio rústico integrado no concelho da Marinha Grande, composto por terra de sementeira, com a área total de 850 m2, sito em Sítias, freguesia e concelho da Marinha Grande, inscrito na matriz predial rústica sob o n.º 8800 da freguesia da Marinha Grande e descrito na Conservatória de Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 115 da freguesia da Marinha Grande, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 7 do art. 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro em conjugação com o preceituado no n.º 1 do artigo 54º da Lei n.º 91/95, de 02 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 64/2003, de 23 de Agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 10/2008, de 20/02.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**11 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DA ZONA DESPORTIVA DA MARINHA GRANDE – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO.**

**395** - Nos termos do disposto no art. 22º do decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho a abertura de procedimento relativo a despesas que dêem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que nos termos do art.º 14.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, lei dos compromissos e pagamentos em atraso, foi estabelecido que os procedimentos necessários à aplicação desta lei e à operacionalização da prestação de informação constante do artigo 10.º serão regulados por decreto –lei, o que ainda não se veio a verificar até à presente data.

Considerando que no momento da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2012, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 Dezembro de 2011, não se encontrava em vigor a Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Considerando a informação conjunta dos serviços da DEDIS – Divisão de educação, desporto e intervenção social e DASUP – Divisão de ambiente, serviços urbanos e proteção civil datada de 05-06-2012 na qual se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratualização de serviços de manutenção da Zona Desportiva da Marinha Grande, pelo período de 12 meses, com possibilidade de renovação por igual período, com início estimado em julho de 2012 e preço base para 24 meses de serviços a prestar de 73.959 euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

Considerando que se encontra inscrito em Orçamento e Plano de Atividades Municipais de 2012 a dotação para a assunção de despesa relativa à *“Prestação de serviços de manutenção da zona desportiva da Marinha Grande”, classificação orgânica/económica 07/020203 e na ação do PAM 96/A/2012*.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 20/06/2012.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 15

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

**A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 6 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à “*Prestação de serviços de manutenção da zona desportiva da Marinha Grande*” para cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**12 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO º 26 DA LEI N.º 64-B/2011 DE 30 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2012 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DA ZONA DESPORTIVA DA MARINHA GRANDE – PRODUÇÃO DE EFEITOS DE DELIBERAÇÃO CAMARÁRIA TOMADA EM 6 DE JUNHO DE 2012**

**396** - Presente deliberação camarária datada de 6 de junho de 2012 na qual foi deliberado, emitir parecer favorável à contratação de serviços de manutenção da zona desportiva Marinha Grande, de acordo com o disposto no n.º 8 do artigo 26.º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de dezembro.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade de autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

**Atento o exposto, a Câmara Municipal delibera que a sua deliberação supra referida tomada em reunião de 6 de Junho de 2012 produza efeitos no dia útil seguinte à autorização prévia a conceder pela Assembleia Municipal em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**13 - REQUERIMENTO DE LUCINDA ROSA – PEDIDO DE PARECER SOBRE A CONSTITUIÇÃO DO REGIME DE COMPROPRIEDADE SOBRE PRÉDIO RÚSTICO SITO**

**EM FONTE SANTA – REGIME DAS AUGI – EMISSÃO DE PARECER FAVORÁVEL –  
RECTIFICAÇÃO.**

**397** - A Câmara Municipal, em sua reunião de 1 de Março de 2012, deliberou emitir parecer favorável à constituição do regime de compropriedade sobre o prédio rústico sito na Fonte Santa, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 6849, com a área de 6.383 metros quadrados, requerido por Lucinda Rosa, viúva, reformada, titular do NIF 129856876, residente na Rua São Tomé e Príncipe, n.º 16 – Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, na qualidade de cabeça de casal da herança de seu marido, Ilídio da Silva Carlos.

Considerando que o pedido da requerente e os próprios pareceres jurídicos emitidos no processo, referiam expressamente que a motivação do mesmo era a realização de escritura de partilha do identificado prédio a favor de dois dos cinco herdeiros, Vítor Manuel Rosa da Silva Carlos e Rita Margarida Rosa da Silva Carlos;

Considerando que nas condições finais da referida deliberação se verificou um erro material e manifesto na expressão da vontade deste órgão quando na alínea a) se referiu “Que o documento que titula o negócio jurídico da doação...”, quando na verdade deveria referir-se à partilha ou mesmo nada referir quanto à qualificação do ato,

**A Câmara Municipal, nos termos e ao abrigo do previsto no art.º 148.º do CPA- Código do Procedimento Administrativo, delibera rectificar o texto daquela alínea a) da deliberação tomada em 01-03-2012, eliminando a palavra “doação”.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA**

**398** - Por último a Câmara, usando a faculdade que lhe confere o n.º 3 do art.º 92º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta.

**E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 19:00 horas.**

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
20/06/2012.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 15

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do art.º 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

**O Presidente**

**A Secretária da reunião**